

**CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA - CCER****TABELA 1 - DADOS DO CONTRATO**

1. Nº do contrato	2. Prazo vigência inicial (meses)	3. Início vigência	4. Renovação automática (s/n)	5. Prazo vigência após renovação automática (meses)
5032725/CCER	12	Data de assinatura	Sim	12
6. Nº contrato de participação financeira	7. Nota	8. Instalação	9. Conta contrato	
-	-	6323132	-	

**TABELA 2 - DADOS DA DISTRIBUIDORA**

1. Razão social		2. CNPJ/MF Nº	
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA		15.139.629/0001-94	
3. RUA/AV/TRAV	4. nº	5. Bairro	6. Complemento
Avenida Edgar Santos	300	Narandiba	-
7. CEP	8. Cidade	9. Estado	10. E-mail
41.181-911	Salvador	Bahia	<a href="mailto:clientescorporativos.coelba@neoenergia.com">clientescorporativos.coelba@neoenergia.com</a>

**TABELA 3 - DADOS DO CONSUMIDOR**

1. Nome titular		2. CNPJ/CPF Nº	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - Reitoria		10.724.903/0009-26	
3. Cód. Nat. Jurídica (CNPJ)		4. Atividade Principal (CNPJ)	
110-4 - Autarquia Federal		85.41-4-00 - Educação profissional de nível técnico	
5. RUA/AV/TRAV (SEDE)		6. nº	7. Bairro
Faz Santo Expedito		S/N	Mapendipe
		8. Complemento	
		-	
9. CEP	10. Cidade		11. Estado
45.400-000	Valença		BA
			12. E-mail
			<a href="mailto:contratos@valenca.ifbaiano.edu.br">contratos@valenca.ifbaiano.edu.br</a>
13. RUA/AV/TRAV (INSTALAÇÃO)		14. nº	15. Bairro
Rua Glicério Tavares		S/N	Bate Quente
		16. Complemento	
		-	
17. CEP	18. Cidade		19. Estado
45.400-000	Valença		BA
			20. E-mail 1
			<a href="mailto:contratos@valenca.ifbaiano.edu.br">contratos@valenca.ifbaiano.edu.br</a>
21. Telefone 1		22. Telefone 2	
75 3641-5270		-	
		23. E-mail 2	
		-	
24. CPF	25. RG	26. Nome rep. Legal /Procurador 1	
910.583.684-00	1601199 SSP/PB	Francisco Harley de Oliveira Mendonça	
27. CPF	28. RG	29. Nome rep. Legal / Procurador 2	
-	-	-	

**TABELA 3 - DADOS DO CONSUMIDOR (CONTINUAÇÃO)**

30. CPF	31. RG	32. Nome rep. Legal / Procurador 3	
-	-	-	
33. CPF	34. RG	35. Nome rep. Legal / Procurador 4	
-	-	-	

  

<b>TABELA 3.1 - CCER - se sujeita à lei nº 8.666/1993 de licitações e contratos</b>			
As PARTES acordam que as obrigações e disposições deste CONTRATO estão subordinadas a Lei 8.666/1993, bem como vinculadas ao Termo de dispensa ou inexigibilidade de licitação.			
1. Programa de trabalho	2. Atividade	3. Elemento de despesa	4. Plano interno
108806	85.41-4-00	339039	L20RLP01FIJ
5. Fonte	6. Valor estimado R\$	7. Nº processo de dispensa ou inexigibilidade de licitação	8. Ato de Autorização da lavratura
112000000	170.000,00	23336.000654/2017-01	-
10. Órgão Interviente		11. Representante Legal Órgão Interviente	
Instituto Federal Baiano - Campus Valença - Autarquia Federal		Francisco Harley de Oliveira Mendonça	
12. Cargo Representante Legal Órgão Interviente		13. RG	14. CPF
Diretor Geral		1601199	910.583.684-00

**TABELA 4 - DADOS DE FATURAMENTO PARA O FORNECIMENTO DE ENERGIA**

1. Subgrupo tarifário	2. Opção Modalidade tarifária	3. Classe de consumo	4. Subclasse
A4	Horária Verde	Poder Público	Poder Público Federal
Posto tarifário ponta		Horário reservado	
5. Normal	6. Horário de verão	7. Normal	8. Horário de verão
18:00 - 21:00	19:00 - 22:00	-	-
Horário capacitivo		Horário indutivo	
10. Normal	11. Horário de verão	12. Normal	13. Horário de verão
00:00 - 06:00	01:00 - 07:00	Complementar ao Capacitivo	Complementar ao Capacitivo
9. Tipo de consumidor			
Demais consumidores regulados			
14. Atividade principal unidade consumidora		15. Irrigante/Aquicultor	16. Art. 107
85.41-4-00 - Educação profissional de nível técnico		-	-
17. Montante de energia contratado (MW médios)			
Energia Elétrica Ativa Medida			

**TABELA 5 – ANEXOS****I - Condições de Fornecimento de Energia (E002-2016).**

O anexo identificado nesta **Tabela 5** é parte integrante e indissociável do presente **CONTRATO**, declarando as **PARTES** que cumpriram com o estabelecido no mesmo.

As **PARTES** resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Compra de Energia Regulada, em conformidade com as condições ora estabelecidas, bem como as Condições de Fornecimento de Energia, assinando as **PARTES** o presente instrumento jurídico em 2 (duas) vias de igual teor e eficácia, na presença das testemunhas abaixo, a tudo presentes.

SILVADO 24 de NOVEMBRO de 2017  
Município Dia Mês Ano

**Representante 1 – DISTRIBUIDORA**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: -

Sandra Carvalho Barbosa do Fonseca  
Gestora de Unidade de Relacionamento  
Com Novos Clientes Corporativos

**Representante 1 – CONSUMIDOR**

Nome: Francisco Harley de Oliveira Mendonça  
Cargo: Diretor Geral

**Representante 3 – CONSUMIDOR**

Nome: -  
Cargo: -

**Testemunha 1**

Nome: Cláudio Luiz Alves dos Santos  
Cargo: Relacionamento Coelba

**Representante 2 – DISTRIBUIDORA**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: Gestor

Rafael Cezar Sardinha  
Gestor da Unidade de  
Gestão Serviços e Contratos

**Representante 2 – CONSUMIDOR**

Nome: -  
Cargo: -

**Representante 4 – CONSUMIDOR**

Nome: -  
Cargo: -

**Testemunha 2**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: Grazielle Lomanto Bastos  
Assistente em Administração  
IF Baiano - Campus Valença  
SIAPE 2315842



## CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DE ENERGIA

### CONSIDERANDO QUE:

As expressões e termos técnicos utilizados neste CONTRATO têm o significado que é dado aos mesmos nas Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, constantes da Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010 ("Resolução Normativa nº 414"), ou outra que vier a substituí-la, que é, para todos os fins e efeitos, parte integrante do presente instrumento, como se nele estivesse transcrita.

### DO OBJETO

**CLÁUSULA 1ª** - O presente CONTRATO tem por objeto, conforme estabelecido no art. 63-A da Resolução Normativa nº 414, regular o fornecimento de energia elétrica, pela DISTRIBUIDORA ao CONSUMIDOR, de acordo com as características contratuais definidas na TABELA 4 deste CONTRATO, para uso exclusivo na unidade Consumidora de responsabilidade do CONSUMIDOR.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A mudança da atividade, assim como a destinação ao insumo mencionado nesta CLÁUSULA deverá ser informada a DISTRIBUIDORA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

### DO INÍCIO DO FORNECIMENTO

**CLÁUSULA 2ª** - A efetivação do início do fornecimento está condicionada cumulativamente a:

- I. observância, na unidade Consumidora, das normas e padrões disponibilizados pela DISTRIBUIDORA, assim como daquelas expedidas pelos órgãos oficiais competentes, naquilo que couber e não dispuser contrariamente à regulamentação da ANEEL;
- II. instalação, pelo interessado, quando exigido pela DISTRIBUIDORA, em locais apropriados de livre e fácil acesso, de caixas, quadros, painéis ou cubículos destinados à instalação de medidores, transformadores de medição e outros aparelhos da DISTRIBUIDORA necessários à medição de consumo de energia elétrica e demanda de potência, quando houver, e à proteção destas instalações;
- III. celebração prévia dos contratos pertinentes;
- IV. apresentação dos documentos relativos à sua constituição, ao seu registro e do(s) seu(s) representante(s) legal(is), quando pessoa jurídica.
- V. quando necessários a execução de obras, serviços nas redes, instalação de equipamentos da distribuidora ou do interessado, conforme a tensão de fornecimento e a carga instalada a ser atendida, a conclusão das obras de atendimento à unidade Consumidora, previstas no contrato de participação financeira indicada no CAMPO 6 da TABELA 1.
- VI. quando cabível, à finalização por parte do CONSUMIDOR do processo de modelagem no âmbito da CCEE, assim como a conclusão da adequação do Sistema de Medição de Faturamento da unidade consumidora.

**PARÁGRAFO 1º** - A DISTRIBUIDORA não se responsabilizará por eventuais atrasos que possam vir a ocorrer com respeito ao início do fornecimento, devido à demora na obtenção de licenças e autorizações tanto oficiais/públicas como particulares, junto aos setores competentes, necessárias para implantação de torres e postes de sustentação de passagem de linhas de transmissão ou distribuição, e em caso de força maior.

**PARÁGRAFO 2º** - A ligação definitiva da unidade Consumidora somente será efetivada mediante apresentação de licença de funcionamento/operação, emitida por órgão responsável pela preservação do meio ambiente, quando couber.

### DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

**CLÁUSULA 3ª** - A vigência deste CONTRATO se dará a partir da data de sua assinatura.



**CLÁUSULA 7ª** - Para efeito de aplicação de tarifas diferenciadas de demanda e consumo ativos de energia elétrica, bem como para fins de faturamento de demanda e energia reativa excedente, ficam definidos os seguintes postos tarifários:

- I. **Posto tarifário Ponta:** corresponde ao intervalo de três horas consecutivas, com período indicado no **CAMPO 5** da **TABELA 4**, exceto aos sábados, domingos, terça-feira de carnaval, sexta-feira da Paixão, Corpus Christi, e os seguintes feriados:

Dia e mês	Feriados nacionais	Leis federais
01 de janeiro	Confraternização Universal	10.607, de 19/12/2002
21 de abril	Tiradentes	10.607, de 19/12/2002
01 de maio	Dia do Trabalho	10.607, de 19/12/2002
07 de setembro	Independência	10.607, de 19/12/2002
12 de outubro	Nossa Senhora Aparecida	6.802, de 30/06/1980
02 de novembro	Finados	10.607, de 19/12/2002
15 de novembro	Proclamação da República	10.607, de 19/12/2002
25 de dezembro	Natal	10.607, de 19/12/2002

- II. **Posto tarifário Fora Ponta:** período composto pelo conjunto das horas diárias consecutivas e complementares àquelas definidas nos postos ponta;
- III. **Horário CAPACITIVO:** período de 6 (seis) horas consecutivas, compreendido, a critério da distribuidora, entre 23h 30min e 6h 30min, definido nos **CAMPOS 10 e 11** da **TABELA 4**;
- IV. **Horário INDUTIVO:** período complementar ao **HORÁRIO CAPACITIVO**, definido nos **CAMPOS 12 e 13** da **TABELA 4**;

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os horários estabelecidos para fins de faturamento poderão sofrer alterações diante de publicação de Decreto Federal que altere os horários da região, como ocorre no caso do Horário de Verão, cujos postos tarifários e horários passam a vigorar conforme indicados nos **CAMPOS 6, 8, 11 e 13** da **TABELA 4**.

#### DA ENERGIA E DEMANDA REATIVA EXCEDENTE

**CLÁUSULA 8ª** - A ocorrência, nas instalações do **CONSUMIDOR**, em qualquer ciclo de faturamento, de fator de potência inferior ao limite estabelecido pela legislação pertinente, obtido por medição apropriada, implicará no faturamento da energia reativa excedente conforme legislação em vigor.

#### DO FATURAMENTO

**CLÁUSULA 9ª** - A partir do ciclo de faturamento que se iniciará imediatamente após o início do fornecimento definido na **CLÁUSULA 2ª**, o faturamento da energia elétrica ativa, para os respectivos segmentos horários, será:

- I. para Consumidores livres ou especiais, quando o montante de energia elétrica ativa medida no ciclo de faturamento, em megawatt-hora, for maior que o produto do número de horas do ciclo pelo limite estabelecido para a energia elétrica ativa contratada, fixado em MW médio para cada ciclo de faturamento, o faturamento da energia elétrica ativa será calculado da seguinte forma:

$$FEA(p) = MW_{médio_{contratado}} \times HORAS_{ciclo} \times \frac{EEAM(p)}{EEAM_{ciclo}} \times TE_{COMP}(p)$$

- II. para Consumidores livres ou especiais, quando o montante de energia elétrica ativa medida no ciclo de faturamento, em megawatt-hora, for menor ou igual ao produto do número de horas do ciclo pelo



**CLÁUSULA 12º** - Os valores contidos na nota fiscal/fatura de energia elétrica serão tidos como certos, líquidos e exigíveis, ressalvado o disciplinado na **CLÁUSULA 13º**, portanto o não pagamento da nota fiscal/fatura de energia elétrica até a data estabelecida para seu vencimento, ensejará, além da multa e acréscimos previstos na legislação específica, a suspensão do fornecimento de energia elétrica, 15 (quinze) dias após a notificação da **DISTRIBUIDORA**, por escrito.

**CLÁUSULA 13º** - O prazo de pagamento da nota fiscal/fatura de energia elétrica no seu respectivo vencimento, não poderá ser afetado por discussões entre as partes, devendo a diferença, quando houver, constituir objeto de processamento independente e tão logo apurado ser paga ou devolvida a quem de direito, conforme legislação específica.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O prazo mínimo para vencimento da fatura deve ser de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da respectiva apresentação.

- I. Quando se tratar de unidades consumidoras enquadradas nas classes Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público, o prazo deve ser de 10 (dez) dias úteis.
- II. Quando da solicitação do fornecimento, alteração de titularidade ou, sempre que solicitado, a distribuidora deve oferecer pelo menos 6 (seis) datas de vencimento da fatura para escolha do consumidor, distribuídas uniformemente, em intervalos regulares ao longo do mês.
- III. A data de vencimento da fatura somente pode ser modificada com autorização prévia do consumidor, em um intervalo não inferior a 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA 14º** - A aplicação de eventuais descontos nas tarifas que o consumidor tenha direito, atenderá as condições definidas em legislação específica.

**CLÁUSULA 15º** - Os valores pendentes de pagamento permanecerão passivos de cobrança administrativa ou judicial após a rescisão ou término deste **CONTRATO**, por tanto tempo quanto seja necessário para que as obrigações de pagamento em aberto sejam cumpridas.

#### **DO FUNDAMENTO LEGAL - PUBLICAÇÃO E REGISTRO - VALORES**

**CLÁUSULA 16º** - Quando o consumidor se submeter à Lei de Licitações e Contratos, a contratação do fornecimento de energia elétrica, de que trata a **CLÁUSULA 1º** deste instrumento, será feita com base na Resolução Normativa nº 414 e na Lei Federal nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os valores específicos do processo de licitação deste **CONTRATO** estão contidos nos campos da **TABELA 3.1** deste **CONTRATO**.

#### **DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**CLÁUSULA 17º** - O encerramento da relação contratual entre a **DISTRIBUIDORA** e o **CONSUMIDOR** pode ocorrer, alternativamente, nas seguintes circunstâncias:

- I. pedido formal do **CONSUMIDOR** para encerramento da relação.;
- II. decurso do prazo de 2 (dois) ciclos completos de faturamento após a suspensão regular e ininterrupta do fornecimento à unidade Consumidora, exceto nos casos comprovados de procedimentos irregulares ou de re ligação à revelia, praticados durante a suspensão;
- III. solicitação de fornecimento formulado por novo interessado referente à mesma unidade consumidora, observados os requisitos previstos no art. 27 da Resolução Normativa nº 414;
- IV. término da vigência deste **CONTRATO**;
- V. O presente **CONTRATO** poderá ser rescindido de pleno direito por comum acordo entre as **PARTES**.

**CLÁUSULA 18º** - O encerramento antecipado da relação contratual, implica, sem prejuízo de outras obrigações, na cobrança correspondente ao valor do faturamento dos meses remanescentes para o término da vigência do **CONTRATO**, limitado a 12 (doze) meses, considerando o produto da tarifa de energia e da bandeira tarifária vigentes na data de solicitação do encerramento sobre o calculado com base:



artigo 7º, inciso VIII, da Lei nº 12.846/2013 e na Lei nº 9.613/98 e suas respectivas modificações e regulamentações.

- III. As **PARTES** deverão observar e fazer observar, por seus fornecedores, prepostos, empregados, colaboradores em geral, prestadores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética e integridade durante todo o processo de contratação e execução deste **CONTRATO**. É dever das **PARTES** treinar seus empregados e colaboradores em geral acerca de condutas éticas e do combate à corrupção.
- IV. As **PARTES** declaram que suas atividades, relacionadas ao objeto deste **CONTRATO** ou relacionadas com qualquer outro contrato celebrado com outra **PARTE**, não afrontam a legislação anticorrupção e de lavagem de dinheiro.
- V. As **PARTES** declaram, ainda, que não há qualquer agente público ou pessoa a elas relacionadas que receberá, direta ou indiretamente, benefícios ou vantagens em decorrência do presente **CONTRATO**.
- VI. Toda documentação de cobrança a ser emitida nos termos deste **CONTRATO** deverá estar acompanhada de fatura/nota fiscal detalhada, contendo discriminação dos serviços prestados e/ou bens adquiridos, conforme o caso. As **PARTES** obrigam-se a manter livros, contas, registros e faturas fidedignos e consistentes com as operações a que correspondem. Considerando os propósitos da presente **CLÁUSULA 22º (DAS LEIS ANTICORRUPÇÃO)**, as **PARTES** concordam e autorizam que, na hipótese de indícios de irregularidades ou de quaisquer práticas ilícitas, outra **PARTE**, seja diretamente ou por meio de pessoas por ela formalmente indicadas a tal fim, possa inspecionar o local de execução do **CONTRATO** e auditar todos os documentos, contas e registros relacionados à contratação e à execução do objeto deste **CONTRATO**.
- VII. Qualquer violação, por parte de qualquer das **PARTES**, das Leis Anticorrupção ou da presente **CLÁUSULA 22º (DAS LEIS ANTICORRUPÇÃO)** será considerada uma infração grave a este **CONTRATO**, consistirá justa causa para sua rescisão motivada, conferindo à **PARTE** adimplente o direito de declarar rescindido imediatamente o presente **CONTRATO**, sem qualquer ônus ou penalidade, ficando a **PARTE** inadimplente responsável pelas perdas e danos a que der causa, nos termos da lei aplicável.
- VIII. O presente **CONTRATO** poderá ser imediatamente rescindido por qualquer das **PARTES**, ainda, na hipótese de participação ou envolvimento comprovado da outra **PARTE**, diretamente ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas e/ou obstrutivas (conforme Diretrizes e definições do Banco Mundial), ou em lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores (conforme Lei nº 9.613/98), seja na execução do presente **CONTRATO** ou em quaisquer outros Contratos em que figurar como contratante, seja com entes públicos ou privados.
- IX. As **PARTES** notificarão prontamente, por escrito, outra **PARTE** a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas Leis Anticorrupção ou às disposições desta **CLÁUSULA 22º (DAS LEIS ANTICORRUPÇÃO)** ou de qualquer suspeita de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista nesta **CLÁUSULA 22º (DAS LEIS ANTICORRUPÇÃO)**.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**CLÁUSULA 23º** - O fornecimento de energia elétrica de que trata o presente **CONTRATO** está subordinado à legislação do serviço de energia elétrica, a qual prevalecerá nos casos omissos ou em eventuais divergências.

**CLÁUSULA 24º** - A **DISTRIBUIDORA** poderá, após análise e aprovação da solicitação por escrito do **CONSUMIDOR**, fornecer, pulsos de sincronismo da medição das grandezas elétricas nos segmentos horários de ponta e fora de ponta.

**PARÁGRAFO 1º** - Serão de responsabilidade do **CONSUMIDOR** os eventuais custos relativos à adaptação e manutenção dos equipamentos de interface para o fornecimento de pulsos.



**CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO - CUSD**
**TABELA 1 - DADOS DO CONTRATO**

1. Nº do contrato	2. Prazo vigência inicial (meses)	3. Início vigência	4. Renovação automática (s/n)	5. Prazo vigência após renovação automática (meses)
5032725/CUSD	12	Data de assinatura	Sim	12
6. Ponto de entrega	7. Tensão de Fornecimento (kV)	8. Instalação	9. Conta contrato	
A65833	13,8	6323132	-	

**TABELA 1.1 – Dados Contrato Participação Financeira**

1. Nº contrato de participação financeira (Adequação Necessária)	2. Nota	3. Valor Total (R\$)	4. Custo proporcionalizado (R\$)	
-	-	3.1. Interligação	3.2. Outras intervenções	-
		-	-	
5. Encargo de responsabilidade da DISTRIBUIDORA – ERD (R\$)	6. Acréscimo de demanda ou carga / demanda média ponderada / demanda contratada / carga instalada declarada (kW)	7. Responsabilidade financeira da DISTRIBUIDORA (R\$)	8. Participação financeira do CONSUMIDOR (R\$)	
-	-	-	-	-

**TABELA 2 - DADOS DA DISTRIBUIDORA**

1. Razão social	2. CNPJ/MF Nº		
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	15.139.629/0001-94		
3. RUA/AV/TRAV	4. nº	5. Bairro	6. Complemento
Avenida Edgard Santos	300	Narandiba	Bloco A3, 1º andar - CCO
7. CEP	8. Cidade	9. Estado	10. E-mail
41.181-900	Salvador	Bahia	<a href="mailto:clientescorporativos.coelba@neoenergia.com">clientescorporativos.coelba@neoenergia.com</a>

**TABELA 3 - DADOS DO CONSUMIDOR**

1. Nome titular	2. CNPJ/CPF		
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - Reitoria	10.724.903/0009-26		
3. Cód. Nat. Jurídica (CNPJ)	4. Atividade Principal (CNPJ)		
110-4 - Autarquia Federal	85.41-4-00 - Educação profissional de nível técnico		
5. RUA/AV/TRAV (SEDE)	6. nº	7. Bairro	8. Complemento
Faz Santo Expedito	S/N	Mapendipe	-
9. CEP	10. Cidade	11. Estado	12. E-mail
45.400-000	Valença	BA	<a href="mailto:contratos@valenca.ifbaiano.edu.br">contratos@valenca.ifbaiano.edu.br</a>
13. RUA/AV/TRAV (INSTALAÇÃO)	14. nº	15. Bairro	16. Complemento
Rua Glicério Tavares	S/N	Bate Quente	-
17. CEP	18. Cidade	19. Estado	20. E-mail 1
45.400-000	Valença	BA	<a href="mailto:contratos@valenca.ifbaiano.edu.br">contratos@valenca.ifbaiano.edu.br</a>
21. Telefone 1	22. Telefone 2	23. E-mail 2	
75 3641-5270	-		



**TABELA 3 - DADOS DO CONSUMIDOR (CONTINUAÇÃO)**

24. CPF	25. RG	26. Nome rep. Legal / Procurador 1
910.583.684-00	1601199 SSP/PB	Francisco Harley de Oliveira Mendonça
27. CPF	28. RG	29. Nome rep. Legal / Procurador 2
-	-	-
30. CPF	31. RG	32. Nome rep. Legal / Procurador 3
-	-	-
33. CPF	34. RG	35. Nome rep. Legal / Procurador 4
-	-	-

**TABELA 3.1 - CUSD - se sujeita à lei nº 8.666/1993 de licitações e contratos**

As **PARTES** acordam que as obrigações e disposições deste **CONTRATO** estão subordinadas a Lei 8.666/1993, bem como vinculadas ao Termo de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

1. Programa de trabalho	2. Atividade	3. Elemento de despesa	4. Plano interno
108806	85.41-4-00	339039	L20RLP01FIJ
5. Fonte	6. Valor estimado R\$	7. Nº processo de dispensa ou inexigibilidade de licitação	8. Ato de Autorização da lavratura
112000000	170.000,00	23336.000654/2017-01	-
9. Órgão Interviente	10. Representante Legal Órgão Interviente		
Instituto Federal Baiano - Campus Valença - Autarquia Federal	Francisco Harley de Oliveira Mendonça		
11. Cargo Representante Legal Órgão Interviente	12. RG	13. CPF	
Diretor Geral	1601199	910.583.684-00	

**TABELA 4 - DADOS DE FATURAMENTO PARA O USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO**

1. Subgrupo tarifário	2. Opção Modalidade tarifária	3. Classe de consumo	4. Subclasse
A4	Horária Verde	Poder Público	Poder Público Federal
Posto tarifário ponta		Horário reservado	
5. Normal	6. Horário de verão	7. Normal	8. Horário de verão
18:00 - 21:00	19:00 - 22:00	-	-
Horário capacitivo		Horário indutivo	
10. Normal	11. Horário de verão	12. Normal	13. Horário de verão
00:00 - 06:00	01:00 - 07:00	Complementar ao Capacitivo	Complementar ao Capacitivo
14. Atividade principal unidade consumidora			15. Irrigante/Aquicultor
85.41-4-00 - Educação profissional de nível técnico			-
16. Art. 107 ReN. 414/2010			
-			
17. MUSD único (kW)	18. MUSD Ponta (kW)	19. MUSD Fora Ponta (kW)	20. Transformação (kVA)
60	-	-	-
21. Art. 46 ReN. 414/2010	22. Mini/Micro geração (kW)		
-	-		

**TABELA 4 - DADOS DE FATURAMENTO PARA O USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO (Continuação)**
**Cronograma de MONTANTE DE USO contratado**

Ciclo Referência (Mês)	20. MUSD único (kW)	21. MUSD Ponta (kW)	22. MUSD Fora Ponta (kW)
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-

**TABELA 5 - DADOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES**
**DISTRIBUIDORA**

<b>*TELEFONE 1 (fixo)</b> 71 3370 5742	<b>*TELEFONE 2 (celular)</b> 71 9961 6482	<b>*NOME</b> Cláudio Luiz Alves dos Santos
---	--	---

<b>RUA/AV/TRAV (SEDE)</b> Avenida Edgard Santos	<b>nº</b> 300	<b>BAIRRO</b> Narandiba	<b>COMPLEMENTO</b> Bloco A3, 1º andar - CCO
--	------------------	----------------------------	--

<b>CEP</b> 41.181-900	<b>CIDADE</b> Salvador	<b>EST.</b> Bahia	<b>E-MAIL</b> <a href="mailto:clientescorporativos.coelba@neoenergia.com">clientescorporativos.coelba@neoenergia.com</a>
--------------------------	---------------------------	----------------------	---

\* De segunda a sexta das 08hs às 17hs30 (exceto feriados). Para os demais dias e horários ligar para 08002848080.

**CONSUMIDOR**

<b>TELEFONE 1 (fixo)</b> 75 3641-5270	<b>TELEFONE 2 (celular)</b> -	<b>NOME</b> Francisco Harley de Oliveira Mendonça
--	----------------------------------	--

<b>RUA/AV/TRAV (SEDE)</b> Faz Santo Expedito	<b>nº</b> S/N	<b>BAIRRO</b> Mapendipe	<b>COMPLEMENTO</b> -
---	------------------	----------------------------	-------------------------

<b>CEP</b> 45.400-000	<b>CIDADE</b> Valença	<b>EST.</b> BA	<b>E-MAIL</b> <a href="mailto:contratos@valenca.ifbaiano.edu.br">contratos@valenca.ifbaiano.edu.br</a>
--------------------------	--------------------------	-------------------	---



**TABELA 6 - ANEXOS****I - Condições de Uso e Conexão à Rede de Distribuição (U001-2017).****II – Termo de opção Tarifária**

Os anexos identificados nesta **TABELA 6** são partes integrantes e indissociáveis do presente **CONTRATO**, Declarando as **PARTES** que cumpriram com o estabelecido nos mesmos.

O **CONSUMIDOR** reconhece e declara expressamente que a **DISTRIBUIDORA** lhe apresentou as opções disponíveis para faturamento, de acordo com o ramo de atividade desenvolvida na unidade consumidora, tendo o **CONSUMIDOR** manifestado expressamente sua opção pela modalidade tarifária constante nas **CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE CONTRATAÇÃO**, conforme **TERMO DE OPÇÃO TARIFÁRIA**, Anexo II, que é parte integrante e indissociável deste **CONTRATO**.

As **PARTES** resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Uso do Sistema de Distribuição, em conformidade com as condições ora estabelecidas, bem como as Condições de Uso e Conexão à Rede de Distribuição, assinando as **PARTES** o presente instrumento jurídico em 2 (duas) vias de igual teor e eficácia, na presença das testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Salvador, 24 de NOVEMBRO de 2017  
Município Dia Mês Ano

**Representante 1 – DISTRIBUIDORA**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: -

CEZAR SARDEIRO  
Gestor da Unidade de  
Contas, Serviços e Contratos

**Representante 1 – CONSUMIDOR**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: -

Francisco Harley de Oliveira Mendonça  
Diretor Geral Pro Tempore  
Pol. nº 235 de 18/03/2014  
Public. nº 203 de 19/03/2014

**Representante 3 – CONSUMIDOR**

Nome: -  
Cargo: -

**Testemunha 1**

Cláudio Luiz Alves dos Santos  
Nome: Cláudio Luiz Alves dos Santos  
Cargo: Relacionamento Coelba

**Representante 2 - DISTRIBUIDORA**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: Gestor

Sandra Carvalho Barbosa  
Gestora da Unidade de Relacionamento  
Com Novos Clientes Corporativos e  
Poder Público

**Representante 2 - CONSUMIDOR**

Nome: -  
Cargo: -

**Representante 4 – CONSUMIDOR**

Nome: -  
Cargo: -

**Testemunha 2**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: -

Grazielle Lomanto Bastos  
Assistente em Administração  
IF Baiano - Campus Valença  
SIAPE 2315842

## I - CONDIÇÕES DE USO E CONEXÃO À REDE DE DISTRIBUIÇÃO

### CONSIDERANDO QUE:

- A. a **DISTRIBUIDORA** é concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, usuária da **REDE BÁSICA**, que opera e mantém o seu **SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO**.
- B. o **CONSUMIDOR**, responsável por instalações que se conectam ao **SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO**, está localizado na área de concessão da **DISTRIBUIDORA** e necessita fazer uso do Sistema de Distribuição para efetivar compra de energia para suas instalações, de acordo com as características contratuais definidas na **TABELA 4** deste **CONTRATO**, para uso exclusivo na unidade Consumidora de responsabilidade do **CONSUMIDOR**.
- C. A Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 09.09.2010 ("Resolução Normativa nº 414"), estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica de forma atualizada e consolidada.
- D. A Resolução Normativa nº 414 em seu art. 61 estabeleceu que o **CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO – CUSD** deve ser celebrado com **consumidores responsáveis por unidades consumidoras do Grupo A com nível de tensão inferior a 230 kV**.

A **DISTRIBUIDORA** e o **CONSUMIDOR**, em observância ao art. 61 da Resolução Normativa nº 414, acordam em firmar o presente **CONTRATO DE USO DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO**, doravante designado simplesmente "**CONTRATO**" ou "**CUSD**", conforme as cláusulas e condições seguintes:

### DAS DEFINIÇÕES E PREMISSAS APLICÁVEIS AO PRESENTE CONTRATO

**CLÁUSULA 1ª** - Todas as condições, expressões e termos técnicos utilizados neste **CONTRATO** têm os respectivos significados nas Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, constantes da Resolução Normativa nº 414 ou outra que vier a substituí-la, que é, para todos os fins e efeitos, parte integrante do presente instrumento, como se nele estivesse transcrita, e, complementarmente, pelas definições a seguir:

- a) "**AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA – ACR**": segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre agentes vendedores e agentes de distribuição, precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos;
- b) "**AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE – ACL**": Segmento do mercado no qual se realizam operações de compra e venda de energia elétrica entre agentes de geração, comercializadores, importadores e exportadores de energia elétrica, consumidores especiais e consumidores livres, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos;
- c) "**ANEEL**": Agência Nacional de Energia Elétrica, instituída pela Lei nº 9.427/96;
- d) "**CONSUMIDOR ESPECIAL**": agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, da categoria de comercialização, que adquire energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração enquadrados no §5º do art. 26 da Lei 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para unidade consumidora ou unidades consumidoras reunidas por comunhão de interesses de fato ou de direito cuja carga seja maior ou igual a 500 kW e que não satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos arts. 15 e 16 da lei nº 9074, de 7 de julho de 1995;
- e) "**CONSUMIDOR LIVRE**": agente da CCEE, da categoria de comercialização, que adquire energia elétrica no **AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE** para unidades consumidoras que satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 1995;



- v) **"SISTEMA DE MEDIÇÃO DE FATURAMENTO – SMF"**: Sistema de medição composto pelo medidor principal e de retaguarda, os transformadores para instrumentos (transformadores de potencial e de corrente), canal de comunicação, painéis, cabos e todos os requisitos estabelecidos no documento intitulado Especificação Técnica das Medições para Faturamento, bem como dos sistemas de coleta dos dados de medição para faturamento;
- w) **"SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL – SIN"**: Composto pelos sistemas de transmissão e de distribuição das diversas concessionárias de todas as regiões do país, com uso compartilhado por essas empresas, por onde transitam energias de diversas fontes e destinos, sistema esse sujeito à legislação pertinente, à regulamentação expedida pela ANEEL e, no que couber, à operação e coordenação do ONS;
- x) **UNIDADE CONSUMIDORA**: conjunto de instalações e equipamentos elétricos de propriedade do **CONSUMIDOR**, caracterizado pelo recebimento de energia elétrica no **PONTO DE ENTREGA** com medição individualizada.

#### DO OBJETO

**CLÁUSULA 2ª** - O presente **CONTRATO** tem por objeto regular as condições, procedimentos, direitos e obrigações das **PARTES** em relação ao uso do **SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO** pelo **CONSUMIDOR** para a **UNIDADE CONSUMIDORA** e o pagamento dos **ENCARGOS DE USO**, segundo as características contratuais definidas na **TABELA 4** deste **CONTRATO**, além de regular as condições, procedimentos, direitos e obrigações das **PARTES** em relação à conexão das instalações do **CONSUMIDOR** ao **SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO** por meio do **PONTO DE ENTREGA**.

**PARÁGRAFO 1º** - O uso e conexão ao **SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO** de que trata o presente **CONTRATO** está subordinado à legislação do serviço de energia elétrica, aos **PROCEDIMENTOS DE REDE**, quando aplicáveis, e aos **PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO**, os quais prevalecem nos casos omissos ou de eventuais divergências.

**PARÁGRAFO 2º** - O **PONTO DE ENTREGA** a que se refere a **CLÁUSULA 2ª** diz respeito à unidade consumidora pertencente ao **CONSUMIDOR**, situada no endereço indicado nos **CAMPOS 13 a 19** da **TABELA 3**.

#### DO INÍCIO DO FORNECIMENTO

**CLÁUSULA 3ª** - A efetivação do início do fornecimento está condicionada cumulativamente a:

- I. observância, na **UNIDADE CONSUMIDORA**, das normas e padrões disponibilizados pela **DISTRIBUIDORA**, assim como daquelas expedidas pelos órgãos oficiais competentes, naquilo que couber e não dispuser contrariamente à regulamentação da **ANEEL**;
- II. instalação, pelo interessado, quando exigido pela **DISTRIBUIDORA**, em locais apropriados de livre e fácil acesso, de caixas, quadros, painéis ou cubículos destinados à instalação de medidores, transformadores de medição e outros aparelhos da **DISTRIBUIDORA** necessários à medição de consumo de energia elétrica e demanda de potência, quando houver, e à proteção destas instalações;
- III. celebração prévia dos contratos pertinentes;
- IV. apresentação dos documentos relativos à sua constituição, ao seu registro e do(s) seu(s) representante(s) legal(is), quando pessoa jurídica.
- V. quando necessários a execução de obras, serviços nas redes, instalação de equipamentos da distribuidora ou do interessado, conforme a tensão de fornecimento e a carga instalada a ser

**PARÁGRAFO 2º** - Os contratos podem conter cronograma de acréscimo gradativo do **MUSD CONTRATADO**, o qual deve ser considerado para o cálculo de eventual participação financeira do **CONSUMIDOR**, retornando aos critérios de contratação estabelecidos no **PARÁGRAFO 1º** desta **CLÁUSULA**, ao final do cronograma.

**PARÁGRAFO 3º** - A **DISTRIBUIDORA** não garantirá o **MUSD** em valores superiores ao estabelecido, podendo neste caso, observados os limites de tolerância de ultrapassagem de **MUSD** definidos na Resolução Normativa nº 414, suspender a disponibilização dos montantes de uso do sistema de distribuição, sem prejuízos da reparação à **DISTRIBUIDORA** ou a terceiros.

**PARÁGRAFO 4º** - Caso o **CONSUMIDOR** necessite aumentar os **MONTANTES DE USO CONTRATADOS** com a **DISTRIBUIDORA**, deverá solicitar por escrito, previamente, para análise e definição das condições de atendimento, nos termos da Resolução Normativa nº 414 e da Resolução Normativa ANEEL nº 506 de 04 de setembro de 2012, ficando a concessão condicionada:

- I. a disponibilidades nos **SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO** de propriedade da **DISTRIBUIDORA** para atender ao aumento solicitado pelo **CONSUMIDOR**;
- II. a adimplência do **CONSUMIDOR** relativo ao presente **CONTRATO**;
- III. à celebração de termo aditivo a este **CONTRATO**, no qual constarão os novos **MONTANTES DE USO CONTRATADOS**, pelos quais as **PARTES** se responsabilizarão nos termos da **CLÁUSULA 7ª**.

**PARÁGRAFO 5º** - A **DISTRIBUIDORA** aplicará o período de testes, com duração de 3 (três) ciclos consecutivos e completos de faturamento, com o propósito de permitir a adequação do **MUSD CONTRATADO** pelo **CONSUMIDOR**, nas situações seguintes:

- I. início do fornecimento;
- II. mudança para faturamento aplicável a unidades consumidoras do grupo A, cuja opção anterior tenha sido por faturamento do grupo B;
- III. enquadramento na modalidade tarifária horária azul, exclusivamente para o montante contratado para o horário de ponta; e
- IV. acréscimo de **MUSD**, quando maior que 5% (cinco por cento) do contratado.
- V. Durante o período de testes, observado o disposto no § 3º do artigo 134 da Resolução Normativa nº 414, a demanda a ser considerada pela distribuidora para fins de faturamento deve ser a demanda medida, exceto na situação prevista no inciso IV, em que a distribuidora deve considerar o maior valor entre a demanda medida e a demanda contratada anteriormente à solicitação de acréscimo.

**PARÁGRAFO 6º** - Durante o período de testes definido no **PARÁGRAFO 5º** desta **CLÁUSULA**, aplica-se a cobrança por ultrapassagem do **MUSD** quando os valores medidos excederem o somatório de:

- I. a nova demanda contratada ou inicial; e
- II. 5% (cinco por cento) da demanda anterior ou inicial; e
- III. 30% (trinta por cento) da demanda adicional ou inicial.

**PARÁGRAFO 7º** - Até o término do período de testes, o **CONSUMIDOR** poderá solicitar formalmente o ajuste da demanda contratada com a **DISTRIBUIDORA**, o que será realizado por meio do correspondente termo aditivo, conforme regras definidas pelo artigo 134 da Resolução Normativa nº. 414. A inexistência de solicitação formal neste sentido implicará na aceitação pelas **PARTES** da demanda definida no *caput* desta **CLÁUSULA**.



devidas, etapas de implantação, resultados previstos, prazos, proposta para a revisão contratual e acompanhamento pela distribuidora.

**PARÁGRAFO 15º** - No caso de renovação automática deste **CONTRATO**, e desde que o **CONSUMIDOR** não solicite formalmente a alteração das demandas definidas nos **CAMPOS 17, 18 e 19** da **TABELA 4**, o valor do **MUSD** a ser considerado na renovação será o vigente quando do término do **CONTRATO**.

### SEGMENTOS HORÁRIOS

**CLÁUSULA 8º** - Para efeito de aplicação de tarifas diferenciadas de demanda e consumo ativos de energia elétrica, bem como para fins de faturamento de demanda e energia reativa excedente, ficam definidos os seguintes postos tarifários:

- I. **Posto tarifário Ponta:** corresponde ao intervalo de três horas consecutivas, com período indicado no **CAMPO 5** da **TABELA 4**, exceto aos sábados, domingos, terça-feira de carnaval, sexta-feira da Paixão, Corpus Christi, e os seguintes feriados:

Dia e mês	Feriados nacionais	Leis federais
01 de janeiro	Confraternização Universal	10.607, de 19/12/2002
21 de abril	Tiradentes	10.607, de 19/12/2002
01 de maio	Dia do Trabalho	10.607, de 19/12/2002
07 de setembro	Independência	10.607, de 19/12/2002
12 de outubro	Nossa Senhora Aparecida	6.802, de 30/06/1980
02 de novembro	Finados	10.607, de 19/12/2002
15 de novembro	Proclamação da República	10.607, de 19/12/2002
25 de dezembro	Natal	10.607, de 19/12/2002

- II. **Posto tarifário Fora Ponta:** período composto pelo conjunto das horas diárias consecutivas e complementares àquelas definidas nos postos ponta;
- III. **Horário CAPACITIVO:** período de 6 (seis) horas consecutivas, compreendido, a critério da distribuidora, entre 23h 30min e 6h 30min, definido nos **CAMPOS 10 e 11** da **TABELA 4**;
- IV. **Horário INDUTIVO:** período complementar ao **HORÁRIO CAPACITIVO**, definido nos **CAMPOS 12 e 13** da **TABELA 4**;

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os horários estabelecidos para fins de faturamento poderão sofrer alterações diante de publicação de Decreto Federal que altere os horários da região, como ocorre no caso do Horário de Verão, cujos postos tarifários e horários passam a vigorar conforme indicados nos **CAMPOS 6, 8, 11 e 13** da **TABELA 4**.

### DA PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

**CLÁUSULA 9º** - As **PARTES** participarão financeiramente dos investimentos necessários para a ligação ou acréscimo de novas cargas no sistema elétrico da **DISTRIBUIDORA**, em observância aos parâmetros estabelecidos na legislação e regulamentação setorial específicas, e para este **CONTRATO**, conforme estabelecido nos Arts. 32 e 43 da Resolução Normativa nº 414, obedecendo às características definidas na **TABELA 1.1** deste **CONTRATO**.

### DO USO DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO

**CLÁUSULA 10º** - A energia elétrica deve ser disponibilizada no **PONTO DE ENTREGA** indicado no **CAMPO 6** da **TABELA 1** em corrente alternada trifásica, frequência de 60 Hz, na tensão de fornecimento contratada entre fases indicada no **CAMPO 7** da **TABELA 1**, respeitando-se os **MONTANTES DE USO CONTRATADOS**.

Up = o maior valor entre a **MONTANTE DE USO CONTRATADO** e o **MONTANTE DE USO** verificado por medição no **POSTO TARIFÁRIO DE PONTA**, em kW;

Ufp = o maior valor entre a **MONTANTE DE USO CONTRATADO** e o **MONTANTE DE USO** verificado por medição no **POSTO TARIFÁRIO FORA DE PONTA**, em kW;

Cp = Consumo de energia elétrica verificada por medição no **POSTO TARIFÁRIO DE PONTA**, em MWh;

Cfp = Consumo de energia elétrica verificada por medição no **POSTO TARIFÁRIO FORA DE PONTA**, em MWh.

**PARÁGRAFO 1º** - As tarifas de uso dos **SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO**, em cada **POSTO TARIFÁRIO**, serão definidas pela **ANEEL** em resolução homologatória específica.

**PARÁGRAFO 2º** - Nos termos do artigo 46 da Resolução Normativa nº. 414, quando por solicitação expressa do **CONSUMIDOR**, a **DISTRIBUIDORA** pode realizar obras para disponibilizar à unidade consumidora o remanejamento automático de carga em casos de contingência, proporcionando padrões de continuidade do fornecimento de energia elétrica superiores aos estabelecidos pela ANEEL, deverão ser observadas as seguintes condições:

- I - o uso adicional e imediato do sistema deve ser disponibilizado por meio da automatização de manobras em redes de distribuição ou ainda pela instalação de dispositivos de manobra da distribuidora dentro da propriedade do consumidor, desde que por este expressamente autorizado;
- II - o custo pelo uso adicional contratado, em montantes equivalentes aos valores contratados de demanda ou uso do sistema de distribuição, deve ser remunerado pelo consumidor mediante a aplicação, respectivamente, da tarifa de demanda ou TUSD nos postos tarifários correspondentes;
- III - é vedada a utilização exclusiva da rede, à exceção do trecho onde esteja conectada a carga a ser transferida;
- IV - o investimento necessário à implementação do descrito no caput deve ser custeado integralmente pelo consumidor;
- V - a implementação condiciona-se ao atendimento dos padrões técnicos estabelecidos pela distribuidora e à viabilidade do sistema elétrico onde se localizar a unidade consumidora, sendo vedada quando incorrer em prejuízo ao fornecimento de outras unidades consumidoras.

**PARÁGRAFO 3º** - Os percentuais de descontos relativos aos benefícios tarifários incidentes sobre as tarifas de aplicação serão as indicadas na tabela abaixo, nos termos da Resolução Normativa nº 414.

CONSUMIDOR	TUSD R\$/kW	TUSD R\$/MWh	TE R\$/MWh	TARIFA PARA APLICAÇÃO DOS DESCONTOS	NORMA LEGAL
RURAL	10%	10%	10%	TUSD E TE DAS MODALIDADES AZUL, VERDE E CONVENCIONAL	Decreto 7.891, de 23 de janeiro de 2013.
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO	15%	15%	15%		
IRRIGAÇÃO E AQUICULTURA EM HORÁRIO ESPECIAL	0%	70% A 90%	70% A 90%		Decreto 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010.
GERAÇÃO - FONTE INCENTIVADA	50% a 100%	0%	0%	TUSD GERAÇÃO	Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; Resolução Normativa nº 27, de 18 de agosto de 2004; Decreto 7.891, de 23 de janeiro de 2013.
CONSUMIDOR LIVRE - FONTE INCENTIVADA	0% a 100%	0%	0%	MODALIDADE AZUL: TUSD DEMANDA (R\$/kW)	
	0% a 100%	0% a 100%	0%	MODALIDADE VERDE: TUSD DEMANDA (R\$/kW) E TUSD ENERGIA PONTA (R\$/MWh) DEDUZINDO-SE A TUSD	



**PARÁGRAFO 10º - O CONSUMIDOR**, caso não adquira a totalidade de sua energia elétrica no ambiente de contratação regulada, declara que possui contrato de compra de energia elétrica celebrado no ACL.

**PARÁGRAFO 11º** - Os reajustes de tarifas aplicáveis ocorrerão, conforme os procedimentos definidos pela ANEEL, por meio do PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária) e de acordo com os valores devidamente homologados correspondentes à sua respectiva vigência.

#### DA SAZONALIDADE

**CLÁUSULA 16º** - A sazonalidade deverá ser reconhecida pela **DISTRIBUIDORA**, para fins de faturamento, mediante solicitação do consumidor por escrito, observados os seguintes requisitos:

- I. Energia elétrica destinada à atividade que utilize matéria-prima advinda diretamente da agricultura, pecuária, pesca, ou, ainda, para fins de extração de sal ou de calcário, este destinado à agricultura; e
- II. Verificação, nos 12 (doze) ciclos completos de faturamento anteriores ao da análise, de valor igual ou inferior a 20% (vinte por cento) para a relação entre a soma dos 4 (quatro) menores e a soma dos 4 (quatro) maiores consumos de energia elétrica ativa.

**PARÁGRAFO 1º** - Quando do reconhecimento da sazonalidade:

- I. O **CONSUMIDOR** pagará mensalmente à **DISTRIBUIDORA** os **ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO**, que serão calculados com base nos **MONTANTES DE USO** verificados, por **PONTO DE ENTREGA**, o que será devido a partir do ciclo imediatamente posterior ao reconhecimento da sazonalidade e de acordo com a seguinte fórmula:

**Ed = P3 + P4, sendo que;**

$$P3 = (Uvp \times TUDp + Uvfp \times TUDfp) \text{ e } P4 = (Cp \times TUCp + Cfp \times TUCfp)$$

onde:

Ed = Encargo mensal pelo Uso dos Sistemas de Distribuição, em R\$;

TUDp, TUDfp, TUCp, TUCfp, Cp e Cfp são os mesmos indicados na **CLÁUSULA 15º**;

Uvp = MONTANTE DE USO verificado por medição no POSTO TARIFÁRIO DE PONTA, em kW;

Uvfp = MONTANTE DE USO verificado por medição no POSTO TARIFÁRIO FORA DE PONTA, em kW;

- II. A distribuidora deverá verificar se as unidades consumidoras, da classe rural e as reconhecidas como sazonal, registraram o mínimo de 3 (três) valores de demanda iguais ou superiores às contratadas a cada 12 (doze) ciclos de faturamento, contados a partir do início da vigência dos contratos ou do reconhecimento da sazonalidade.
- III. Será adicionada ao faturamento regular a cobrança de demandas complementares, em número correspondente à quantidade de ciclos em que não tenha sido verificado o mínimo de 3 (três) valores de demanda iguais ou superiores às contratadas, obtidas pelas maiores diferenças entre as demandas contratadas e as demandas faturadas correspondentes no período.

**PARÁGRAFO 2º** - A cada 12 (doze) ciclos consecutivos de faturamento, a partir do mês em que for reconhecida a sazonalidade, a **DISTRIBUIDORA** verificará se permanecem as condições requeridas, devendo, em caso contrário, não mais considerar a unidade consumidora como sazonal, o que será refletido no faturamento seguinte da unidade consumidora, sendo essa comunicada através de mensagem na própria fatura.

**PARÁGRAFO 3º** - No caso de atraso na apresentação da fatura por motivo imputável à **DISTRIBUIDORA**, a data do vencimento será automaticamente postergada por prazo igual ao atraso verificado.

**PARÁGRAFO 4º** - A **DISTRIBUIDORA** deve apresentar ao **CONSUMIDOR**, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, os dados utilizados no cálculo dos **ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO** cobrados.

**PARÁGRAFO 5º** - Eventuais divergências apontadas na cobrança não afetam os prazos e montantes para pagamento, devendo tal diferença, se houver, ser compensada na fatura subsequente.

**PARÁGRAFO 6º** - Eventual pagamento a maior efetuado pelo **CONSUMIDOR**, em decorrência de erro ou omissão da **DISTRIBUIDORA**, enseja a restituição do valor cobrado indevidamente no ciclo de faturamento posterior, pela **DISTRIBUIDORA**, corrigido pelo IGP-M e acrescidos das penalidades previstas no **PARÁGRAFO 7º** desta **CLÁUSULA**.

**PARÁGRAFO 7º** - O não pagamento da fatura em seu respectivo vencimento, sem prejuízo da legislação vigente, ensejará o pagamento, pelo **CONSUMIDOR**, de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da fatura, atualização monetária com base na variação do IGP-M e de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados "pró rata die" sobre as parcelas em atraso, acrescidas da multa, além de outras sobretaxas por atraso que sejam legalmente atribuíveis, "pró rata die", e aplicáveis durante o período compreendido entre a data devida e a data do efetivo pagamento.

**PARÁGRAFO 8º** - A **DISTRIBUIDORA** poderá suspender o **USO DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO**, objeto deste **CONTRATO**, se o **CONSUMIDOR** deixar de liquidar qualquer Nota Fiscal/Fatura, ou mesmo se as garantias apresentadas não se mostrarem eficazes, no prazo de 15 (quinze) dias após a data da comunicação, por escrito, como previsto nos Artigos 172 e 173, da Resolução Normativa nº 414.

**PARÁGRAFO 9º** - Os dispositivos desta **CLÁUSULA** permanecerão válidos após a rescisão ou término deste **CONTRATO**, por tanto tempo quanto seja necessário para que as obrigações de pagamento em aberto sejam cumpridas.

#### **DA OPÇÃO DE FATURAMENTO COM TARIFA DO GRUPO B**

**CLÁUSULA 24º** - O **CONSUMIDOR** pode optar por faturamento com aplicação da tarifa de Grupo B, correspondente à respectiva classe de consumo, se atendido ao menos um dos seguintes critérios:

- I. A potência nominal total dos transformadores for igual ou inferior a 112,5 kVA;
- II. A potência total dos transformadores for igual ou inferior a 750 kVA, se classificada na subclasse cooperativa de eletrificação rural;
- III. A unidade consumidora se localizar em área de veraneio ou turismo cuja atividade seja a exploração de serviços de hotelaria ou pousada, independentemente da potência nominal total dos transformadores; ou
- IV. Quando, em instalações permanentes para a prática de atividades esportivas ou parques de exposições agropecuárias, a carga instalada dos refletores utilizados na iluminação dos locais for igual ou superior a 2/3 (dois terços) da carga instalada total.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Considera-se área de veraneio ou turismo aquela oficialmente reconhecida como estância balneária, hidromineral, climática ou turística.

#### **DAS PERDAS NA TRANSFORMAÇÃO**

**CLÁUSULA 25º** - Para as unidades consumidoras atendidas em tensão primária com equipamentos de medição instalados no secundário dos transformadores, a distribuidora deve acrescentar aos valores medidos de energia e de demanda, ativas e reativas excedentes, a seguinte compensação de perdas:





**PARÁGRAFO 4º** - Conforme Artigo 170, da Resolução Normativa nº 414, a **DISTRIBUIDORA** poderá a seu critério, suspender a prestação do serviço de uso dos **SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO**, de imediato, quando

- I. utilização de artifício ou qualquer outro meio fraudulento pelo **CONSUMIDOR**, ou ainda, prática de violência nos equipamentos de medição e transmissão localizados no lado da **DISTRIBUIDORA**, no **PONTO DE ENTREGA**, que provoquem alterações nas condições de medição;
- II. interligação clandestina ou a revelia;
- III. deficiência técnica ou de segurança das instalações do **CONSUMIDOR**, que ofereça risco iminente de danos a pessoas e bens.

**CLÁUSULA 31º** - Quando da ocorrência de quaisquer dos eventos listados nos **PARÁGRAFOS 1º ao 3º** desta **CLÁUSULA**, a **DISTRIBUIDORA** deverá notificar o **CONSUMIDOR** apontando as irregularidades, concedendo-lhe prazo de 5 (cinco) dias para sanar tais irregularidades. Vencido o prazo concedido, sem que o **CONSUMIDOR** tenha sanado as irregularidades apontadas, a **DISTRIBUIDORA** poderá suspender a prestação dos serviços de uso dos **SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO**.

**PARÁGRAFO 1º** - A **DISTRIBUIDORA** poderá exigir, a qualquer tempo, a instalação, a cargo e por conta do **CONSUMIDOR**, de equipamentos destinados a reduzir os distúrbios em seu sistema elétrico ou nos equipamentos de seus consumidores, comprovadamente provocados pelas instalações deste.

**PARÁGRAFO 2º** - O **CONSUMIDOR** envidará seus melhores esforços para usar sempre a energia trifásica de tal maneira que a corrente seja tomada igualmente nas três fases, não devendo a diferença entre duas fases quaisquer ser maior que 10% (dez por cento), em relação à média das correntes nas três fases.

**PARÁGRAFO 3º** - Se o **CONSUMIDOR** utilizar na unidade consumidora, à revelia da **DISTRIBUIDORA**, carga ou geração susceptível de provocar distúrbios ou danos no sistema elétrico de distribuição ou nas instalações e/ou equipamentos elétricos de outros consumidores, é facultado à **DISTRIBUIDORA** exigir do **CONSUMIDOR** o cumprimento da seguinte obrigação abaixo, sendo facultado à **DISTRIBUIDORA** a suspensão do fornecimento pela inexecução das adequações indicadas:

- I. instalação de equipamentos corretivos na unidade consumidora, com prazos pactuados, e/ou o pagamento do valor das obras necessárias no sistema elétrico da **DISTRIBUIDORA**, destinadas a correção dos efeitos desses distúrbios; e
- II. ressarcimento à **DISTRIBUIDORA** de indenizações por danos acarretados a outros consumidores, que, comprovadamente, tenham decorrido do uso, pelo **CONSUMIDOR**, da carga provocadora das irregularidades.

**PARÁGRAFO 4º** - Pela inexecução, pelo **CONSUMIDOR** das correções indicadas no prazo informado pela **DISTRIBUIDORA**, quando da constatação de deficiência não emergencial na unidade consumidora, em especial no padrão de entrada de energia elétrica.

**PARÁGRAFO 5º** - Quando se verificar impedimento ao acesso de empregados e prepostos da **DISTRIBUIDORA** em qualquer local onde se encontrem condutores e aparelhos de propriedade desta, para fins de leitura, bem como para inspeções necessárias.

**CLÁUSULA 32º** - Vencido o prazo concedido pela **DISTRIBUIDORA** na forma prevista no caput da **CLÁUSULA 31ª**, além daquele referente ao art. 173 da Resolução Normativa nº 414, sem que o **CONSUMIDOR** tenha sanado as irregularidades apontadas, a **DISTRIBUIDORA** terá o pleno direito de suspender a prestação dos serviços de uso do sistema de distribuição.

**DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**CLÁUSULA 37º** - Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficam suspensas, enquanto perdurar o evento, as obrigações que as **PARTES** ficarem impedidas de cumprir.

**CLÁUSULA 38º** - Excluem-se expressamente da configuração de caso fortuito ou força maior os seguintes eventos:

- I. alteração das condições econômicas e financeiras da **PARTE** afetada;
- II. qualquer prejuízo accidental, quebra ou falha de instalações, maquinaria ou equipamento pertencente à **PARTE** afetada;
- III. greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar, realizada unicamente pelos empregados, agentes, contratados ou subcontratados de uma das **PARTES** ou de suas partes relacionadas;
- IV. alteração das condições de mercado ou dificuldade econômica das partes;
- V. sob nenhuma circunstância, eventos que resultem do descumprimento por qualquer **PARTE** de obrigações contratuais ou de leis, normas, regulamentos, decretos ou demais exigências legais;
- VI. eventos que sejam resultantes de culpa ou dolo;
- VII. eventos que sejam resultantes de negligência, dolo, erro ou omissão.

#### DA CONEXÃO ÀS INSTALAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO

**CLÁUSULA 39º** - O **PONTO DE ENTREGA** e o **SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO** devem estar dimensionados para uma **CAPACIDADE DE CONEXÃO** no mínimo igual a 105% (cento e cinco por cento) do **MUSD** contratado.

**PARÁGRAFO 1º** - Ocorrendo qualquer violação da **CAPACIDADE DE CONEXÃO**, as **PARTES** comprometem-se a avaliar a necessidade de implementar os ajustes técnicos necessários para adaptar as instalações envolvidas e atender ao novo valor de **CAPACIDADE DE CONEXÃO**.

**PARÁGRAFO 2º** - Caso o **CONSUMIDOR** tenha necessidade de alterar a **CAPACIDADE DE CONEXÃO**, um novo procedimento de acesso, conforme estabelecido nos **PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO** deve ser instruído pelo **CONSUMIDOR** perante a **DISTRIBUIDORA**, celebrando-se um termo aditivo ao contrato em vigor.

**CLÁUSULA 40º** - Após o **PONTO DE ENTREGA**, independentemente de comunicação e prazos estabelecidos para substituição e/ou reformas, e sem que nenhuma responsabilidade por danos, prejuízos e acidentes sejam imputados à **DISTRIBUIDORA**, o **CONSUMIDOR** será responsável:

- I. pelo transporte e transformação da energia;
- II. pela manutenção do fator de potência na faixa estabelecida pela legislação aplicável;
- III. pela segurança e funcionamento adequado de suas instalações; e
- IV. pela proteção do sistema elétrico da **DISTRIBUIDORA** dos efeitos de quaisquer perturbações originadas nas instalações do **CONSUMIDOR**.
- V. Pela proteção de suas instalações às oscilações de tensão originadas da rede de distribuição/transmissão;

**PARÁGRAFO ÚNICO** - É facultado à **DISTRIBUIDORA** exigir do **CONSUMIDOR** ressarcimento de indenizações por danos acarretados a outros consumidores, que, comprovadamente, tenham decorrido do uso, pelo **CONSUMIDOR**, da carga provocadora das irregularidades.



causem problemas na transferência dos pulsos, ou qualquer outro sinal gerado pelos equipamentos de medição, eventualmente utilizados pelo **CONSUMIDOR**.

**PARÁGRAFO 9º** - A **DISTRIBUIDORA** notificará o **CONSUMIDOR** sobre qualquer interrupção no fornecimento de sinais, por ocasião de manutenção ou aferição dos equipamentos de medição que, a critério exclusivo da **DISTRIBUIDORA**, se façam necessários, para cumprir com suas obrigações de prestação de serviços.

**PARÁGRAFO 10º** - O **CONSUMIDOR** deverá notificar a **DISTRIBUIDORA**, com antecedência mínima de 72 horas, sobre qualquer intervenção que impacte no **SISTEMA DE MEDIÇÃO DE FATURAMENTO – SMF**, a exemplo do sistema de comunicação, dos equipamentos de medição e de alimentação auxiliar de energia, devendo a execução dos seguintes serviços ocorrer impreterivelmente sob a supervisão da **DISTRIBUIDORA**:

- I. Intervenção em TP (transformador de Potencial) e TC (Transformador de corrente) de medição;
- II. Intervenção / Parametrização de medidores;
- III. Substituição / Realocação de componentes do **SMF**;
- IV. Substituição / Realocação de componentes do Sistema de Comunicação;

**PARÁGRAFO 11º** - A presença da **DISTRIBUIDORA**, em outros serviços não informados anteriormente e que impactem no **SMF**, ficará a critério da mesma.

**PARÁGRAFO 12º** - A **DISTRIBUIDORA** poderá cobrar pelo fornecimento de Pulsos de Potência e sincronismo para unidades consumidoras, conforme artigo 102, inciso XI da Resolução Normativa nº 414.

#### **DA ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE CONEXÃO E/OU DOS PONTOS DE CONEXÃO**

**CLÁUSULA 42º** - As **PARTES** se comprometem a avaliar permanentemente as condições operativas das **INSTALAÇÕES DE CONEXÃO** e ou **PONTO DE ENTREGA** objeto deste **CONTRATO**, identificando as **ADEQUAÇÕES** que se fizerem necessárias, de forma a atender aos padrões e requisitos definidos nos **PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO** atendendo às novas necessidades do **CONSUMIDOR** e garantindo a confiabilidade e qualidade do **SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO**.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A **ADEQUAÇÃO** de que trata o "caput" desta **CLÁUSULA**, e os requisitos técnicos necessários a sua realização serão objeto de aditivo contratual, que deverá contemplar todo o detalhamento técnico e comercial necessário a sua implementação. Quando da realização de **ADEQUAÇÕES** ou modificações nas **INSTALAÇÕES DE CONEXÃO** e ou **PONTO DE ENTREGA**, independentemente da propriedade destas, elas somente serão consideradas como disponíveis após a liberação pela **DISTRIBUIDORA**, segundo os requisitos e normas operativas dos **PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO**, **PROCEDIMENTOS OPERATIVOS** e dos demais procedimentos que vierem a regular a conexão.

#### **DO ACESSO ÀS INSTALAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO**

**CLÁUSULA 43º** - O **CONSUMIDOR** garante o acesso às suas **INSTALAÇÕES DE CONEXÃO** e/ou **PONTO DE ENTREGA** objeto deste **CONTRATO**, conforme estabelecido nos **PROCEDIMENTOS OPERATIVOS**.

#### **DOS ENCARGOS DE CONEXÃO**

**CLÁUSULA 44º** - Quando cabível, sempre que houver custo relativo às instalações de conexão, objeto deste **CONTRATO**, os valores correspondentes, definidos pela **DISTRIBUIDORA** ou fixados pela **ANEEL**, que serão chamados de **ENCARGOS DE CONEXÃO**, serão incluídos, discriminadamente, na Nota Fiscal/Fatura de Energia Elétrica.



**CLÁUSULA 46º** - Quando o consumidor se submeter à Lei de Licitações e Contratos, a contratação de que trata a **CLÁUSULA 1º** deste instrumento, será feita com base na Resolução Normativa nº 414 e na Lei Federal n.º 8.666/93.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os valores específicos do processo de licitação deste **CONTRATO** estão contidos nos campos da **TABELA 3.1** deste **CONTRATO**.

#### DA CONFIDENCIALIDADE

**CLÁUSULA 47º** - As **PARTES** concordam que todas as informações e dados disponibilizados à outra **PARTE** serão tratados como confidenciais. A **PARTE** receptora das informações não divulgará as mesmas a terceiros, sem a autorização prévia e por escrito da outra **PARTE**, sendo certo que as disposições desta **CLÁUSULA** não se aplicam:

- I. às informações que estiverem no domínio público;
- II. à divulgação de informações em decorrência de **EXIGÊNCIAS LEGAIS**; e
- III. às informações prestadas pelas **PARTES** à ANEEL, quando solicitadas a tal.

#### DO CÓDIGO DE ÉTICA

**CLÁUSULA 48º** - O **CONSUMIDOR** declara conhecer o Código de Ética da **DISTRIBUIDORA**, disponível em <http://www.neoenergia.com/>, comprometendo-se a observar por si, por seus administradores, prepostos, representantes e empregados, os seus princípios e diretrizes, mantendo, durante toda a sua relação com a **DISTRIBUIDORA** e/ou com terceiros relacionados ao objeto do contrato, os mais elevados padrões de ética e integridade.

#### DAS LEIS ANTICORRUPÇÃO

**CLÁUSULA 49º** - As **PARTES** declaram que conhecem as várias leis e convenções aplicáveis no Brasil que proíbem atos de corrupção e outros atos lesivos contra a administração pública, dentre elas a Convenção Anticorrupção da OCDE, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Decreto Federal nº 5.687/06), o Código Penal Brasileiro, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), Lei nº 9.613/98 e a Lei nº 12.846/2013, doravante denominadas, em conjunto, "Leis Anticorrupção". Em todas as atividades e atos relacionados à execução do presente **CONTRATO**, comprometem-se a cumprir e fazer cumprir, por si e por seus administradores, colaboradores e terceiros, rigorosamente, as Leis Anticorrupção.

- I. O **CONSUMIDOR** declara ainda que conhece as disposições relacionadas com o combate à corrupção, seja ela pública ou privada, contidas no Código de Ética da Contratante e compromete-se a cumprir fielmente essas disposições, comprometendo-se ainda a denunciar à **DISTRIBUIDORA** qualquer infração a essas disposições que venha a ser do seu conhecimento, na forma disciplinada na **CLÁUSULA 48º**.
- II. Obrigam-se as **PARTES**, de forma irrevogável, a não prometer, oferecer, dar, patrocinar, incentivar, obrigar ou concordar, direta ou indiretamente, com subornos, fraudes, tráfico de influência, extorsão, vantagem indevida (seja em dinheiro, presentes, descontos, favores ou qualquer outra coisa de valor), a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada, nem praticar quaisquer dos atos vedados pelas Leis Anticorrupção. Comprometem-se, ainda, a adotar as melhores práticas de Governança com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus administradores, colaboradores, prepostos ou terceiros, de acordo o disposto no artigo 7º, inciso VIII, da Lei nº 12.846/2013 e na Lei nº 9.613/98 e suas respectivas modificações e regulamentações.
- III. As **PARTES** deverão observar e fazer observar, por seus fornecedores, prepostos, empregados, colaboradores em geral, prestadores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto



**CLÁUSULA 52º** - Todas as alterações que venham a ocorrer nos documentos apresentados pela unidade consumidora quando da assinatura do **CONTRATO** que impliquem em modificações em suas cláusulas e/ou nas condições de faturamento, bem como a mudança da atividade, societária ou a destinação ao insumo, mencionados neste **CONTRATO**, deverão ser informadas pelo **CONSUMIDOR** à **DISTRIBUIDORA** com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA 53º** - Uma vez constatada qualquer uma das modificações acima mencionadas, sem que a **DISTRIBUIDORA** tenha sido devidamente informada pelo **CONSUMIDOR**, a mesma poderá suspender imediatamente todo e qualquer benefício concedido nas tarifas ou nos impostos aplicados ao faturamento da unidade consumidora, atrelado às modificações ora realizadas, até a efetiva regularização do cadastro por parte do **CONSUMIDOR** junto à **DISTRIBUIDORA**.

**CLÁUSULA 54º** - Nenhum atraso ou tolerância por qualquer das **PARTES**, relativos ao exercício de qualquer direito, poder, privilégio ou recurso vinculado ao presente **CONTRATO** deve ser passível de prejudicar o exercício posterior, nem deve ser interpretado como renúncia dos mesmos.

**CLÁUSULA 55º** - A unidade do Grupo B com carga instalada superior a 75kW atendida por sistema subterrâneo de distribuição em tensão secundária poderá optar pelo enquadramento na Tarifa do Subgrupo AS.

**CLÁUSULA 56º** - O término do prazo deste **CONTRATO** não deve afetar quaisquer direitos ou obrigações anteriores a tal evento, ainda que seu exercício ou cumprimento se dê após a sua ocorrência.

**CLÁUSULA 57º** - A partir da data de vigência deste **CONTRATO** ficam rescindidos, para todos os fins e efeitos de direito, outros contratos anteriormente celebrados entre as **PARTES** para estes mesmos fins, e/ou, cuja vigência venha se prorrogando tacitamente até a presente data, ressalvado o cumprimento de obrigações inadimplidas ou que sejam supervenientes à aludida rescisão expressa ou tacitamente até a presente data.

**CLÁUSULA 58º** - O presente **CONTRATO** é reconhecido pelas **PARTES** como título executivo extrajudicial, conforme disposto no artigo 784, III, do Código de Processo Civil, para efeitos de cobrança de todos os valores apurados e considerados devidos.

**CLÁUSULA 59º** - Fica eleito o foro da sede da **DISTRIBUIDORA** para solução de quaisquer questões decorrentes deste Contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Caso o **CONSUMIDOR** seja ente público sujeito a Lei 8.666, o foro eleito será o da sede da Administração Pública consumidora.

3- 2 05/